

Andante, andante: tempo para andar e descobrir o espaço público

João Teixeira Lopes¹

Resumo

Reflexão sobre a «qualidade» dos espaços públicos urbanos através da metodologia do andante, capaz de restituir sentido político e cidadão às «competências do cidadão», bem como potenciar a multiplicação de plurais e inusitados usos desse espaço, pela incorporação de disposições interaccionais. Breve análise resultante de trabalho de campo na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: Cidade; Espaço; Público.

Como classificar os espaços públicos? Do desencantamento ao reencantamento

Existe hoje um generalizado desencantamento face às expectativas emancipatórias criadas em torno da esfera pública, em particular quando o referencial se aproxima das propostas abstractas de Habermas². Em boa medida creio que reside aí uma das potenciais fontes de frustração: a dificuldade de concretização a partir dos parâmetros do «agir comunicacional» enquanto fundamento transcendental de uma teoria política. Por outro lado, cai por terra, através da mera observação etnográfica dos novos cenários urbanos, a narrativa de celebração multicultural pós-moderna que celebra a diversidade como a quinta-essência do urbano. Outra das dificuldades, no entanto, reenvia-nos para a proliferação de sentidos atribuídos ao conceito, criando um campo conceptual difuso e contaminado.

¹ Sociólogo, Professor do Departamento de Sociologia e investigador do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Vd. Jürgen Habermas, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984.

Tentarei, por isso, apresentar uma tipologia de classificação dos espaços públicos, provisória e sujeita ainda à «arbitragem do real», mas que possui, assim o creio, algumas características de heurística.

Na verdade, poderemos conceber quatro eixos para dar conta da diversidade dos espaços públicos no capitalismo tardio. O primeiro refere-se aos **espaços livres versus espaços securitários, militarizados ou blindados**. Estes últimos, por estrita definição, fogem já das dimensões constitutivas do espaço público (de livre acesso, físico e simbólico, constituindo nós articuladores para a multifuncionalidade dos territórios, conferindo-lhes *urbanidade*, espaços comuns de múltiplos usos e diferenciadas fronteiras), mas permitem, por *relação*, uma melhor compreensão do fenómeno.

Perante o clamor da cidade perigosa e da disseminação dos modos de vida flexíveis e precários, ergue-se o novo panóptico, disseminam-se a videovigilância e os mecanismos de cidadania vigiada. Poderia falar dos condomínios fechados com segurança privada, das novas cidades-jardim privatizadas, como o projecto Häffen City, actualmente em curso em Hamburgo, onde os jardins dos luxuosos apartamentos se dão à «fruição» dos transeuntes por um sistema de pequenas pontes pedonais que permite o voyeurismo dos não-proprietários face ao verde exclusivo dos residentes ou ainda de certa ruas e praças sujeitas ao que Mitchell apelidou de «*bubble laws*», um conjunto de dispositivos legais e informais que instaura uma sobreautoridade para legitimar um uso altamente selectivo de tais espaços. Mecanismos de excepção transformam-se, por conseguinte, numa normatividade hegemónica assente na regulação securitária dos espaços “públicos”.

Insinuo, no entanto, um outro eixo, que percorre os espaços públicos desde os mais **racionais e planificados aos mais emotivos e imprevistos**. Situo-me, nesta dimensão, muito perto do confronto dialéctico que Lefèbvre³ propõe entre *representações do espaço* (planificado e construído de acordo com o modo de produção dominante, numa mescla de conhecimento técnico-científico e de ideologia) e *espaços de representação* (representações e práticas vividas). Ora, se o apogeu do primeiro se encontra indissociavelmente ligado a um certo logocentrismo modernista, os segundos constituem-se *no e pelo* movimento, através de *táticas* e de *ocasiões* (seguindo a terminologia de Michel de Certeau), usos e apropriações que exercitam um conhecimento propriamente prático, logo corporal e sensorial, sobre o mundo e as suas coordenadas.

De igual modo podemos falar de **espaços públicos virtuais e de espaços reais e concretos**. Imediatamente associamos os primeiros à fantasmagoria do espaço, isto é, à dissociação entre espaço e lugar, de que nos fala Giddens, e

³ Vd. Henri Lefèbvre, *La Production de l'Espace*, Paris, Anthropos, 2000, em particular pp. 35-49.

que se traduz na cada vez maior intensidade das relações sociais à distância. Podemos pensar na net e nas comunidades virtuais mas também nas cidades-fantasia, nos parques temáticos e nos centros comerciais onde a arquitectura pós-moderna do neobarroco, do pastiche, da citação, do ecletismo e do ornamento (é célebre a frase de Robert Venturi: «*Less is bore*»...) procura a popularidade e a comunicabilidade imediatas.

Os espaços públicos concretos, por seu lado, radicam na ordem da interacção e da sociabilidade de proximidade, isto é, das relações sociais face a face, ainda que exista uma certa distância entre a desatenção civil de que fala Goffman (muito próxima da atitude *blasé* analisada por Simmel) e o contacto corpo a corpo de encurtamento da distância social.

Finalmente, proponho o *continuum* entre **espaços públicos centrais e espaços públicos periféricos**. Os primeiros tendem associar-se aos lugares urbanos de concentração do poder (económico, político, social, cultural e simbólico), de forte visibilidade e normalmente fundadores da imagem hegemónica de cidade. Em muitos casos, estaremos na presença de uma forte carga patrimonial, oficialmente classificada, resultado, em boa medida, do movimento de preservação, recuperação da memória e de restauração historicizante e patrimonializadora dos centros urbanos (velhos e/ou novos). Os espaços públicos periféricos, por seu lado, tendem a escapar às fachadas e à visibilidade, fluindo na vida quotidiana como lugares intersticiais, negociados e experimentados muitas vezes de forma agonística, imbricados na estruturação de novas subjectividades e encontros, radicados no princípio da não-indiferença à diferença.

A hipótese que desenvolveremos ao longo deste artigo é a de que os espaços públicos livres, imprevistos, concretos e periféricos poderão sustentar um reencantamento da vida urbana. Lembremo-nos de como Weber termina melancolicamente a *Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, associando esse desencantamento (e sublinho **desencantamento** em vez de desencanto, porque, tal como o **reencantamento**, constituem processos e não situações estáticas, requerendo durabilidade e dialéctica) à secularização, à burocratização, à rotinização do carisma, à impessoalidade⁴. Trata-se de defender, como o faz Sophie Watson, que “a especificidade e contingência da diferença tal como é vivida em particulares configurações sócio-espaciais tem de ser central na análise urbana” numa lógica de *serendipidade*, isto é, de encontrar aquilo ou aquele de que não se estava à espera: “sentarmo-nos, vermos, conversarmos em espaços que até podem ser planeados, desenhados e monumentais mas que amiúde são escassamente visíveis ao olhar desatento, nas margens do espaço planeado ou mesmo imaginado”⁵. É desses espaços que falarei em seguida.

⁴ Vd. Max Weber, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença, 1985.

⁵ Vd. Sophie Watson, *City Publics. The (dis)Enchantments of Urban Encounters*, London, Routledge, 2006, p. 3.

O tempo e o modo ou o aqui e agora do «olhar» e do «passo»

O tempo das cidades mede-se cada vez mais pela vertiginosa velocidade de fluxos de pessoas, mercadorias e bens imateriais. A cidade região, a metrópole, tantas vezes espalhada em «mancha de óleo», elimina as fronteiras oficiais e administrativas. Por outro lado, a compressão do espaço-tempo de que fala Giddens, separa o espaço do lugar, ou seja, torna o primeiro fantasmagórico, já que desligado da interacção face-a-face. O que aqui pretendo defender é a especificidade de um tempo urbano, de alta densidade, especialmente associado ao caminhar na cidade e à apropriação dos espaços públicos, encarados como articuladores, espécies de rótulas ou nós que combatem a tendência para a cidade espartilhada, pericial, hiperespecializada, social e culturalmente segregada.

Não sei dizer se este é um tempo acelerado ou lento. Não creio que exista uma definição preexistente, a jeito de essência. Na verdade, será um tempo múltiplo, na medida em que traduz os mecanismos incorporados (ou disposições) através dos quais percebemos e atribuímos um sentido ao espaço urbano no fluir da experiência quotidiana. Acentuo, em particular, a questão da pluralidade e multivocalidade da *experiência urbana quotidiana*. Creio que poucos questionarão a intrínseca diferença da constituição dessa experiência por intermédio, a título de exemplo, do transporte automóvel ou mediante a actividade pedonal. Não é certamente por acaso que as representações mediatizadas da cidade – as tais que circulam num hiperespaço onde parecem ter ganho consistência própria, autopoietica, independentemente dos sujeitos que as produziram – nos sugerem – impõem? – uma imagem vista de cima para baixo, em grandes planos ou quedas vertiginosas. O retrato da cidade que pretendemos sugerir tem, pelo contrário, contornos de grande proximidade: olha-se para o lado, para cima, em frente, na medida dos nossos sentidos e na largueza do gesto. Completa-se o olhar com os odores que brotam da atmosfera circundante e com a sensibilidade táctil de quem toca, por experiência simultaneamente pessoal e social, as esquinas da cidade.

A inspiração de Michel de Certeau é aqui indelével⁶. A arte banal, anódina e anónima de andar pela cidade, atribui sentidos, oferece resistências às setas de sentido único, é amiga das bifurcações, labirintos e escolhas aleatórias. É uma refinada arte da experiência quotidiana, ofício de filigrana do praticante cultural que se move nos interstícios da ordem material e simbolicamente dominante, procurando «ocasiões» para se afirmar. Se a cidade é linguagem, andar é o acto de falar, explorando as possibilidades imensas dessa linguagem. A polissemia multiplica as «ocasiões» de afrontamento da hegemonia, tendencialmente monolítica.

Gostaria, ainda, de convocar a *metodologia andante* do Centre de Recherche Urbaine sedado na Bélgica, na medida em que enquadra a experiência an-

⁶ Vd. Michel de Certeau *et al.*, *L'Invention du Quotidien I : Arts de Faire*, Paris, 1980.

dante numa recusa da divisão cartesiana entre mente e corpo, razão e emoção. Acrescentaria: entre o pólo masculino e o pólo feminino. Na verdade, andar implica movimento – e movimento implica pensamento, ainda que seja apenas esse pensamento prático, corporal, prereflexivo, essa espécie de inteligência do corpo de que nos fala Bourdieu. Mas andar pode também convocar o pensamento reflexivo, aquele que *pisa e repisa sobre os passos dados*. Um e outro embrenham-se em emoções, ligando o visível (a indiscutível materialidade do espaço urbano, a sua presença física, abrindo e fechando possibilidades, oferecendo barreiras às apropriações, necessariamente finitas e enquadradas) ao invisível (memórias, sentimentos, sentidos), abrindo e construindo cenários interiores a partir de cenários exteriores, de tal forma que o que se cria é um ambiente de síntese inteiramente novo, autênticas *topografias sentimentais* ou *poéticas práticas do espaço*.

A ambiguidade do andar reside no facto de que “faz as coisas surgirem na mente (...): ele é simultaneamente meio e fim, viagem e destino”⁷. Na verdade, a viagem pode ser um fim em si mesmo quando o flanêur, como Baudelaire ou Benjamin, decide perder-se na cidade e fazer dessa experiência fonte de imperscrutáveis sensações.

Assim, ao contrário das representações científicas dominantes e distanciadas da sociologia e da antropologia do quotidiano e das suas abordagens etnográficas, andar não é mera repetição ou desinteressante trivialidade. Se o sujeito não se afigura como sendo um *cultural dope*, marioneta, receptor passivo, receptáculo vazio ou tábua rasa, andar activa a mediação dos sentidos: “a experiência dos ambientes diários das pessoas e as relações sociais que aí se forjam são largamente mediadas por sentimentos e sensibilidade (confusão, ágorafobia, euforia, excitação, stress, tédio, indiferença, humilhação, orgulho)”⁸.

Por outro lado, a teoria crítica feminista tem sistematicamente dignificado o conhecimento emotivo, que seria, pela lógica dos estereótipos de género, associado à esfera do privado e íntimo, da cultura de interiores ou de quarto; um marcador da relação única e permanente entre os géneros a partir de um traço de feminilidade. Andar não transgride, pois, apenas as relações de classe e as descontinuidades sociais do espaço urbano; transgride, potencialmente, as próprias divisões binárias de género. Como questiona Annette Kuhn: “será que as memórias e sentimentos devem ser compartimentados e separados da parte de mim que pensa e analisa? (...) será que a teoria cultural pode simplesmente evadir a experiência, ou, pior, confiná-la ao domínio do sentimentalismo e da nostalgia?”⁹. Trata-se, neste aspecto, de dizer que tudo o que é pessoal é político

⁷ Vd. Rebecca Solnit, *Wanderlust. A History of Walking*, London, Penguin, 2000, pp. 5-6.

⁸ Andy Vandevyvere et al., “Walking through the city: from practice to method” in AA.VV, *Making sense in the City*, Brugge, A Prior Magazine, s/data, p. 81.

⁹ Vd. Annette Kuhn cit. in Valerie Hey, *The Company she Keeps: an ethnography of girls friendship*, Buckingham, Open University Press, 1997, p. 3.

– e andar transporta – literal e alegoricamente – as dimensões pessoais e íntimas para a esfera pública.

Mas o tempo para andar pode igualmente ser precioso sob um outro ponto de vista: a intensa aprendizagem que proporciona a propósito da ordem da interacção em espaço urbano. Ao caminhar, encontro outros, semelhantes ou radicalmente diferentes. Faço parte de uma espécie de comunidade efémera que mobiliza competências e recursos de negociação e ajustamento identitários. Como perceber a proximidade e a estranheza? Como gerir relações de poder no espaço público da cidade? Como interiorizar e exteriorizar signos, códigos de conduta, rituais, modos de apresentação de si? Terei tempo e recantos de sociabilidade para estreitar relações? Ou sou mero passageiro, transeunte que atravessa as praças secas e estilizadas?

Ao andar vejo e sou visto, crio uma cenografia num palco preexistente que a encenação apropriada, tantas vezes de improviso. As aprendizagens serão tão mais proficuas quanto a qualidade do espaço público o permitir, e essa é a medida da diversidade dos encontros, desde o que proporciona breve troca de olhares, até ao que leva à convivialidade mais ou menos festiva quando se pára para estar com alguém. Quem escolhe andar sabe que terá de adoptar atitudes perante a diferença e essas atitudes podem ser trabalhadas colectivamente através da *metodologia andante* que há pouco referi. Digamos que as disposições também se actualizam na ordem da interacção. Poderemos, aliás, falar em disposições interaccionais, quando se mobilizam esquemas de percepção e práticas sociais que apenas existem em função de um contexto concreto. Quando se propõe que estudemos um “corpo no diapasão do espaço”, definimos uma hexis que estrutura e é estruturada pela ordem do observável e do (in)visível; ordem dos saberes, códigos e convenções que fecham e abrem um campo de possíveis nos momentos das interacções em espaço público e, não menos importante, ordem dos enunciados: signos, sinais e discursos que apresentam e representam o espaço-tempo da interacção. Estas diferentes ordens ou quadros de interacção, ao serem incorporadas, permitem a adaptação à diferença, ao mesmo tempo que formam um escopo de *competências cidadãs* actualizadas e vividas na esfera pública.

Recordo-me bem de um projecto de Porto 2001, Capital Europeia da Cultura, em cuja concepção participei. Chamava-se *Porto, Passo a Passo* e o seu objectivo estratégico residia no prazer da descoberta da cidade próxima da escola, através de roteiros construídos por alunos e professores, cruzando intersubjectividades, visões conflituais do espaço e estimulando a procura de plataformas de consenso, sempre provisórias.

Existe, aliás, um já vasto património no quadro das experiências de formação artística em espaço público. Poderíamos falar do célebre *Mur du Respect*, de William Walker, da omnipresença dos graffitis e da sua tradução/expressão de certas vivências juvenis subculturais ou dos *Public Art Workshops* que há décadas se vêm realizando nos Estados Unidos, num amplo movimento de renovação

da arte popular *por* e *no* espaço público, com incidência nos próprios campos artísticos, uma vez que está em questão, precisamente, o estatuto e a ideologia carismática do artista, pretendendo-se uma abolição da sua aura privilegiada e distante, aproximando «especialistas» e «não-especialistas», linguagens periciais e expressões profanas, bem como o favorecimento de um efeito de campo capaz de estimular a criação de dispositivos *propriamente artísticos* que não são indiferentes nem ao contexto (e à escala urbana), nem às populações. Incide-se preferencialmente, desta forma, nas potencialidades da «expressão», enquanto possível núcleo-duro de uma democracia cultural sem demagogia, populismo ou epifanias¹⁰, em que o artista se assume, por opção (e não por submissão a um estatuto subalterno no interior do campo), a ser um catalisador de produções urbanas colectivas.

Claro que todas estas experiências vão ainda mais longe se pensarmos no campo político e nas consequências potenciais ao nível do exercício do poder. Se falamos de uma *obra aberta* ou de uma ininterrupta *criação colectiva* torna-se palpável a existência de um princípio quase implícito de urbanidade; princípio que, segundo Isaac Joseph¹¹, remete para os primórdios da conversação sociável: a possibilidade, ou melhor, “a liberdade dos participantes em interromperem o decurso daquilo que têm em comum”¹². Se o espaço público é eminentemente político, importa sublinhar a seguinte afirmação de Sennett, na senda de uma relação com o outro alimentada pelo discurso e pela contestação e não por meros rituais de repetição que nos conduzem ao entorpecimento, logo à inconsciência e à indiferença: “as definições políticas do público não sabem como pensar o espaço do público”¹³.

Imagino, então, já um outro exercício que me parece plausível: depois das caminhadas contextualizadas que o Centre de Recherche Urbaine organiza, por que não sugerir o desenho de mapas cognitivos ou mentais, onde se assinalem os trajectos e marcos significativos? Por que não, ainda, associar a tais símbolos uma série de memórias, emoções e narrativas, em forma de evocação (“quando passava naquela praça, de calçada portuguesa, o meu pai desafiava-me sempre a descobrir a estrela única, a que era diferente de todas as outras”, disse-me recentemente uma aluna, a propósito de uma conversa sobre intervenção cultural em espaço público), cruzando os dados biográficos com acontecimentos históricos ou, por associação de ideias, com um livro, uma música, uma tela...E, finalmente, que tal cruzar discursivamente todas estas representações, estimulando

¹⁰ Vd. João Teixeira Lopes, *Da Democratização à Democracia Cultural – uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*, Porto, Profedições, 2007.

¹¹ Vd. Isãac Joseph, “Voir, exposer, observer” in AA.VV, *L'Espace du Public – les compétences du citoyen*, Paris, Plan Urbain, 1991.

¹² Idem, *ibidem*, p. 24.

¹³ Vd. Richard Sennett, “La Conscience de l’oeil” in AA.VV, *L'Espace du Public – les compétences du citoyen*, Paris, Plan Urbain, 1991, p. 33.

a intersubjectividade e transformando as experiências em conhecimento e o conhecimento em experiências?

Ao olharmos para a nossa cidade pela escala de observação da marcha, deparamo-nos com espaços públicos de diversa composição e qualidade. Uns, de cariz tradicional, com forte carga histórica, patrimonial e até monumental. Outros, recém-regenerados, com maior ou menor sucesso. Mas cabe-nos, também, a possibilidade de os inventar ou de tornar *efectivos* espaços públicos desactivados e/ou potenciais. Prédios desabitados que se tornam lugares de produção e fruição artística colectiva, sem reservas de direito de admissão; as arcadas que se metamorfoseiam em cena de expressão e performance juvenil¹⁴; o degrau que se transforma em lugar de descanso, conversa e convívio; as paredes canibalizadas por inscrições e imagéticas várias.

O exemplo de São Paulo

Relembro as minhas recentes incursões etnográficas na grande metrópole de São Paulo¹⁵. A certa altura, nessa cidade de camadas que sucessivamente empurram para o esquecimento a superfície anterior, numa difícil relação com a memória e o património¹⁶, verifiquei que, por detrás dos enormes viadutos que a esventram e atravessam, no relativo resguardo permitido pelo relevo de certos vales, se inventam usos surpreendentes: um «ringue» de boxe; «um ginásio», a «sede» de uma associação ou local de encontro de um movimento social emergente.

No trabalho de terreno (andante...) que tive ocasião de fazer na metrópole brasileira, incidi sobretudo no velho centro, numa área que vai da Praça da República à Praça da Sé, passando pela Praça do Patriarca, Viaduto do Chá e Avenida Barão de Ipateninga. Nestes locais é possível identificar um conjunto diversificado de actores, caracterizados por usos díspares e mesmo conflituais do espaço público: artistas de rua, vendedores ambulantes de uma ampla panóplia de mercadorias (popularmente designados de «camelôs»), respigadores de lixo («catadores») com os seus sacos ou puxando toscas carroças, polícias, com presença muito visível junto aos edifícios públicos e em carrinhas que

¹⁴ As já célebres e divertidas arcadas da *Dorninha*, uma das plataformas de observação etnográfica de José Machado Pais – Vd. *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.

¹⁵ Inseridas no programa de pesquisa da Rede Brasil-Portugal de Estudos Urbanos, assente em investigações urbanas comparadas e composta por várias Universidades Brasileiras, pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais e pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto/Instituto de Sociologia.

¹⁶ Vd. Fraya Frehse, *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*, São Paulo, Edusp, 2005.

constantemente vão passando, sem-abrigo¹⁷, ora deitados, dormindo ou não, quer em regiões (no sentido que Goffman confere ao termo) de retaguarda, quer em locais visíveis, «homens-placa», que transformam o seu corpo num grande anúncio publicitário ambulante, videntes, trabalhadores de alguns serviços públicos e privados que ainda persistem no desvitalizado centro, desempregados que aguardam, na Praça da Sé, o recrutamento dos «gatos»¹⁸ para algum trabalho precário, ou que simplesmente passeiam o tédio heteroimposto, «meninos-prodígio» de microfone em punho que, como era comum nos velhos circos, exibem as suas proezas (por exemplo, difíceis cálculos aritméticos), pregadores, de bíblia na mão e palavra solta, enfim, uma constelação de posições, situações e movimentos, resultado de um processo de popularização do velho centro, em parte decorrente da alteração progressiva do perfil do comércio e dos serviços, com a “diminuição do valor de renda e de locação dos imóveis, ocasionando abandono e decadência”¹⁹. As populações e classes privilegiadas foram sendo atraídas por outros bairros, seguindo o chamado *vector sudoeste* de deslocação, deixando o velho centro e as periferias para a heterogeneidade e bulício de grupos pauperizados.

Ora, num ápice, a organização do espaço público modifica-se radicalmente. Ao aviso amplificado de que a polícia se prepara para uma investida, desaparecem em alucinante velocidade os produtos que os vendedores de rua expõem nas suas mantas. Segundos depois é como se nunca lá tivessem estado. Na verdade, ocupam já um outro lugar. Em São Paulo, como noutras urbes brasileiras, o camelô é o nómada da cidade.

Assisti, inclusivamente, junto ao edifício da Prefeitura da Praça do Patriarca, a um posto de greve de fome de vendedores ambulantes, em protesto contra a política “repressiva” da edilidade e das autoridades policiais, no seu ensejo de os expulsar das ruas e praças. No entanto, vários investigadores com quem contactei salientaram os processos de negociação existentes, envolvendo muitas vezes quer os poderes políticos, quer os comerciantes com lojas que preferem à expulsão uma certa divisão de tarefas (ou, se preferirmos, de venda de mercadorias) e conhecem o potencial de atracção de clientes dos ambulantes, regulando, paralelamente, o conflito. Assim, a apropriação agonística do espaço coincide com negociações e trânsitos, criando zonas de fronteira, porosidade e transição.

Uma outra linha de pesquisa levou-me a centrar atenções na Praça da Sé, historicamente conotada com grandes manifestações públicas, antes de tal

¹⁷ A Igreja brasileira chama-lhes «sofredores de rua»; os cientistas sociais utilizam amiúde a designação de «população de rua».

¹⁸ Engajadores de mão-de-obra barata.

¹⁹ Vd. Gilda Collet Bruna e Roberto Righi, “A crise do centro histórico e a demolição do Santa Helena” in Cândido Malta Campos e José Geraldo Simões Júnior (orgs), *Palacete Santa Helena – Um pioneiro da modernidade em São Paulo*, São Paulo, Editora Senac, 2006, p. 218.

estatuto passar para a Avenida Paulista. Ora, precisamente no tempo da ditadura militar, um controverso projecto urbanístico fragmentou a grande praça em duas, deixando um largo descendente a partir da Igreja e construindo, de forma esquartejada, uma nova praça (Praça Clóvis), algo descontínua face ao adro e composta por um grande espelho de água e um conjunto escultórico de catorze peças de certa envergadura. Para além das críticas formais ao novo espaço, devido, entre outros aspectos, “à escala inadequada, dificuldade de manutenção, frieza e aridez”²⁰ e à fragmentação, patente nos “desníveis, canteiros, fontes, aberturas de ventilação da estação de metro”, tudo contribuindo, em suma, para dificultar o “uso e a apreensão do espaço como um todo”, cedo se fizeram sentir análises ideológicas.

De facto, muitos foram os que desvendaram as intenções políticas subjacentes ao projecto: complicar as concentrações políticas e impedir a permanência da população de rua, em particular dos sem tecto. Ora, se o primeiro propósito foi parcialmente conseguido (apesar de, na década de 80, grandes manifestações terem invadido tanto a Praça da Sé como a novel Praça Clóvis), a higienização social caiu por terra. Os pobres da cidade não só utilizam a fonte para banhos como encontraram mil e uma formas engenhosas de se encaixarem no *puzzle* da praça, utilizando-a como dormitório e autêntico modo de vida.

Em suma, pretendo realçar que, para além das representações do espaço, onde se espelham as lógicas dominantes, emergem, na dialéctica da prática espacial urbana, erráticos e inesperados, os espaços de representação onde os *contra-usos*²¹ questionam visões essencialistas ou fixas das qualidades que classificam determinados lugares como *públicos*.

Potenciar e multiplicar os usos plurais dos espaços públicos

Não residirá aqui, na verdade, o principal critério de avaliação da qualidade dos espaços públicos, quer dizer, a sua capacidade de *potenciar* e de *multiplicar* plurais e conflituosos usos do espaço e suas cenas, ainda que profanos ou inusitados? A imaginabilidade da cidade, de que nos falava Kevin Lynch, no seu já clássico ensaio, não consistirá, afinal, em difundir novas crenças colectivas na agência situada, inéditas regras do jogo, formas alternativas de usufruir o espaço público, capturando as imagens da cidade ao nível do «chão», do «olhar e do passo», retirando-as do néon ou do hiperespaço, onde navegam já sem autoria e sem pertença, escapando-nos com a sua vida própria e independente – alienante?

Finalmente, importa reiterar o quanto andar desafia o medo da cidade e as gestões políticas desse medo, impondo, *passo a passo*, o direito de transgredir

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 221.

²¹ Conceito proposto por Rogério Proença Leite a partir de um estudo de caso (o Bairro do Recife) – cf. *Contra-usos da Cidade*, Campinas, Unicamp, 2004.

fronteiras sociais e simbólicas, acabando com as cidades interditas, os bairros do estigma, as separações «naturais», «puras» e «fixas», as abstrações do outro como excluído e marginal, a descoincidência, tantas vezes demonstrada, entre a (in)segurança subjectiva e a (in)segurança objectivamente medida.. Aliás, é pela transgressão de fronteiras e pelo *mover-se na fronteira* que as legitimidades dominantes vão sendo, a diversos níveis, questionadas.

Pela *metodologia do andar* elabora-se, a pouco e pouco, uma crítica sistemática à noção «normal» e padronizada de cidadão, herança liberal da esfera pública burguesa, em que as categorias são abstractas e encontram na sua suposta neutralidade a força inteira do seu arbitrário (a autonomia do cidadão é a subordinação do outro; a liberdade exerce-se entre «iguais»). Como referem Madeleine Arnot e Jo-Anne Dillabough, “a nível discursivo, as sociedades democrático-liberais dissimulam as relações sociais de poder (...) nas modernas nações da Europa Ocidental, o conceito de cidadão abstracto, como indivíduo autónomo, oculta indiscutivelmente as condições sociais da sua produção”²². Ou ainda: “o cidadão *per se* não possui identidade substancial (...) A partir deste ponto de vista, o conceito de cidadania denota um *espaço vazio* (...) Assim, para transformar um sujeito falante num «cidadão», para se tornar num «Eu» falante no espaço vazio identificado como cidadania, os processos sociais de identificação com os outros são também importantes”²³.

Ora, caminhando, eis a proposta, prática e analítica, as identificações vão sendo forjadas de forma dinâmica, dialógica e multifacetada, em permanente relação e aprendizagem pela experiência – neste caso, a experiência de andar na e pela cidade, de conceber o *sujeito andante* como *sujeito falante*, que inscreve os seus passos na ordem do discurso, uma outra forma, afinal, de *fazer lugar*, ocupando os espaços vazios da cidadania.

Bibliografia

- ARNOT, Madeleine e DILLABOUGH, Jo-Anne, “Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres” in *Ex Aequo*, nº 7, 2002.
- BRUNA, Gilda Collet e RIGHI, Roberto, “A crise do centro histórico e a demolição do Santa Helena” in Cândido Malta Campos e José Geraldo Simões Júnior (orgs), *Palacete Santa Helena – Um pioneiro da modernidade em São Paulo*, São Paulo, Editora Senac, 2006.
- CERTEAU, Michel de et al., *L’Invention du Quotidien I : Arts de Faire*, Paris, 1980.
- FREHSE, Fraya, *O Tempo das Ruas na São Paulo de Fins do Império*, São Paulo, Edusp, 2005.
- HABERMAS, Jurgen, *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro, 1984.

²² Vd. Madeleine Arnot e Jo-Anne Dillabough, “Reformular os debates educacionais sobre a cidadania, agência e identidade das mulheres” in *Ex Aequo*, nº 7, 2002, p. 21.

²³ Idem, *ibidem*, p. 27, itálicos das autoras.

- HEY, Valerie, *The Company she Keeps: an ethnography of girls friendship*, Buckingham, Open University Press, 1997.
- JOSEPH, Isaac “Voir, exposer, observer” in AA.VV, *L’Espace du Public – les compétences du citoyen*, Paris, Plan Urbain, 1991
- LEFÈBVRE, Henri, *La Production de l’Espace*, Paris, Anthropos, 2000.
- LEITE, Rogério Proença, *Contra-Usos da Cidade – Lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*, Campinas, Editora Unicamp, 2004
- LOPES, João Teixeira, *Da Democratização à Democracia Cultural – uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*, Porto, Profedições, 2007
- LOPES, João Teixeira, *Novas Questões de Sociologia Urbana*, Porto, Afrontamento, 2002
- PAIS, José Machado Pais, *Culturas Juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1994.
- SENNETT, Richard “La Conscience de l’oeil” in AA.VV, *L’Espace du Public – les compétences du citoyen*, Paris, Plan Urbain, 1991
- SOLNIT, Rebecca, *Wanderlust. A History of Walking*, London, Penguin, 2000.
- VANDEVYVERE, Andy *et al.*, “Walking through the city: from practice to method” in AA.VV, *Making sense in the City*, Brugge, A Prior Magazine, s/data.
- VARGAS, Heliana Comin e CASTILHO, Ana Luísa Howard de (orgs), *Intervenções em Centros Urbanos. Objectivos, estratégias e resultados*, São Paulo, Editora Manole, 2006
- WACQUANT, Loïc, *Les Prisons de la Misère*, Paris, Raisons d’Agir, 1999.
- WATSON, Sophie, *City Publics. The (dis)Enchantments of Urban Encounters*, London, Routledge, 2006.
- WEBER, Max, *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, Lisboa, Presença, 1985.

Résumé

Réflexion sur la «qualité» des espaces publics urbains en partant de la méthodologie de l’allant, capable de restituer le sens politique et citoyen aux «compétences du citoyen», en même temps que permet la multiplication des usages inespérés et pluriels incorporant des dispositions interactionnelles. Brève analyse provenant d’une étude de cas en São Paulo.

Mots-clé

Ville ; Espace ; Public.

Abstracts

View on the quality of urban public spaces through walking methodology which enable political and citizen sense to form «urban people competences» as well as it facilitates the multiplication of plural and unexpected space uses by the incorporation of interactional dispositions. Concise analysis of field work in São Paulo.

Key-words

City; Space; Public